

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.913 - RS (2019/0301119-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : JULIANO RAMON RODRIGUES NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : GENARO JOSÉ BARONI BÓRGES - RS004471  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JULIANO RAMON RODRIGUES NASCIMENTO contra acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0228486-40.2019.8.21.7000.

O recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 1º, inciso II, combinado com o art. 12, inciso I, todos da Lei n. 8.137/1990. Segundo o Ministério Público, o denunciado – sócio administrador da Natura Cereais EIRELI – teria deixado de recolher cerca de R\$ 7 milhões em ICMS entre os anos de 2012 e 2015.

Após o recebimento da denúncia, impetrou-se *habeas corpus* no Tribunal de origem, por meio do qual buscou-se o trancamento da ação penal. Argumenta a defesa que o ora recorrente não é o administrador da empresa, já que essa função foi outorgada a Fernando Guilherme Schunke. Argumentou, ainda, que a supressão de tributo não teria ocorrido por meio de fraude, o que afasta a justa causa para a ação penal. O Tribunal de Justiça gaúcho, contudo, denegou a ordem, por meio de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 183):

**HABEAS CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.**

*Não é possível, de plano, reconhecer a atipicidade da conduta, visto que a alegação defensiva envolve análise do material probatório coligido ao feito, matéria reservada para o juízo de mérito. Necessidade do processamento da ação penal.*

**ORDEM DENEGADA**

# Superior Tribunal de Justiça

Neste recurso, a defesa insiste na necessidade de trancar a ação movida em desfavor do recorrente, repisando os argumentos no sentido de ser atípica a conduta imputada, já que a supressão tributária não foi precedida de conduta fraudulenta ou ardilosa e que os documentos que comprovam as operações responsáveis pela geração do crédito tributário não tiveram sua idoneidade questionada pelas autoridades fiscais.

Desse modo, requer, liminarmente, a suspensão da ação penal até o julgamento definitivo desta impetração e, no mérito, seu trancamento. Adverte a defesa que a autoridade apontada como coatora designou audiência de instrução e julgamento para o dia 8/10/2019.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

A principal alegação trazida pela defesa – que a supressão do tributo não foi fruto de artil ou fraude – não chegou a ser apreciada pelo Tribunal de origem, que julgou ser necessária incursão no conjunto probatório para acolher a pretensão defensiva e, desse modo, rechaçar as alegações do Ministério Público, trancando, assim, a ação penal proposta em desfavor do ora recorrente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De fato, o trancamento da ação penal pela via mandamental deve ocorrer somente em situações excepcionais, quando, de plano, constatar-se a ausência de justa causa para o prosseguimento, seja por atipicidade manifesta, causa extintiva da punibilidade ou ausência de elementos indiciários de autoria ou prova da materialidade.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator